

LEONARDO VIZEU FIGUEIREDO

DIREITO ECONÔMICO

11^a
edicao

Revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 24.11.2020
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2021 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- Até a 9ª edição, esta obra era intitulada *Lições de Direito Econômico*.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

F49d
Figueiredo, Leonardo Vizeu

Direito Econômico / Leonardo Vizeu Figueiredo. – 11. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-309-9117-3

1. Direito econômico – Brasil. I. Título.

20-67712

CDU: 346.1(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

Capítulo I – Direito Econômico Constitucional	1
1.1. Introdução ao Direito Econômico	1
1.1.1. Objeto do Direito Econômico	4
1.1.2. Características do Direito Econômico	5
1.1.3. Relação do Direito com a Economia	7
1.1.4. Autonomia do Direito Econômico	9
1.1.5. Princípios do Direito Econômico	10
1.1.5.1. Economicidade	15
1.1.5.2. Eficiência	15
1.1.5.3. Generalidade	16
1.1.5.4. Reciprocidade	16
1.1.6. Escolas do Direito Econômico	16
1.1.6.1. Escola norte-americana	17
1.1.6.2. Escola europeia	18
1.1.6.3. Escola brasileira	19
1.2. Sistemas econômicos	20
1.2.1. Capitalismo	21
1.2.2. Socialismo	22
1.3. Ordem Econômica	23
1.4. Posicionamento econômico estatal	24
1.4.1. Estado Liberal	25
1.4.2. Estado Intervencionista Econômico	26
1.4.3. Estado Intervencionista Social	28
1.4.4. Estado Intervencionista Socialista	30
1.4.5. Estado Regulador	32
1.5. Formas de intervenção do Estado na Ordem Econômica	33
1.5.1. Direito pátrio	34
1.5.2. Direito comparado	36
1.6. Evolução constitucional do Direito Econômico	37
1.6.1. Considerações sobre o Novo Constitucionalismo Latino-americano	40
1.7. Ordem Econômica na CRFB	44
1.7.1. Valorização do trabalho humano	46
1.7.2. Livre-iniciativa	47

1.7.3.	Existência digna	48
1.7.4.	Justiça social	48
1.8.	Princípios explícitos da Ordem Econômica	48
1.8.1.	Soberania nacional	49
1.8.2.	Propriedade privada	50
1.8.3.	Função social da propriedade	50
1.8.4.	Livre concorrência	51
1.8.5.	Defesa do consumidor.	52
1.8.6.	Defesa do meio ambiente	53
1.8.7.	Redução das desigualdades regionais	53
1.8.8.	Busca do pleno emprego	54
1.8.9.	Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte	54
1.9.	Princípios implícitos da Ordem Econômica.	55
1.9.1.	Subsidiariedade	55
1.9.2.	Liberdade econômica	56
1.9.3.	Igualdade econômica	56
1.9.4.	Desenvolvimento econômico	57
1.9.5.	Democracia econômica.	57
1.9.6.	Boa-fé econômica	58
1.10.	Do livre exercício da atividade econômica.	58
1.11.	Da Lei de Liberdade Econômica	60
1.11.1.	Da desburocratização administrativa	61
1.11.2.	Das inovações na legislação social	64
1.11.3.	Da coibição ao abuso regulatório e às falhas de Estado	65
1.11.4.	Das inovações da legislação cível.	66
1.11.5.	Das inovações nos registros e documentação públicos.	67
1.11.6.	Dos fundos de investimento	67
1.12.	Intervenção direta do Estado brasileiro na Ordem Econômica	70
1.12.1.	Setorização das atividades socioeconômicas da Nação	72
1.12.2.	Classificação das atividades econômicas	73
1.12.3.	Proibição de exploração de atividade econômica por parte do Estado.	75
	1.12.3.1. Segurança nacional	75
	1.12.3.2. Interesse coletivo	76
1.12.4.	Entidades estatais empresariais.	77
1.12.5.	Monopólio.	83
	1.12.5.1. Monopólio natural	84
	1.12.5.2. Monopólio convencional	84
	1.12.5.3. Monopólio legal.	85
	1.12.5.4. Monopólio na CRFB	85
	1.12.5.5. Da questão do setor postal	87
	1.12.5.5.1. Da evolução e estruturação do setor postal	88

1.12.5.5.2.	Da natureza jurídica do setor postal	89
1.12.5.5.3.	Do posicionamento doutrinário	90
1.12.5.5.4.	Das antinomias da legislação brasileira	90
1.12.5.5.5.	Do posicionamento jurisprudencial	91
1.12.5.5.6.	Da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 46-7.	92
1.12.6.	Serviços públicos	94
1.12.6.1.	Classificação	95
1.12.6.2.	Titularidade	96
1.12.6.3.	Princípios	97
1.12.6.4.	Remuneração	98
1.12.6.5.	Direitos e deveres dos usuários	98
1.12.6.6.	Execução dos serviços	99
1.12.6.7.	Serviços delegados e permitidos	100
1.12.6.8.	Ponderações sobre a prestação de serviços públicos	101
1.12.6.9.	Dos serviços públicos no direito comparado	105
1.13.	Intervenção indireta do Estado brasileiro na Ordem Econômica	108
1.13.1.	Agente normativo: o Estado regulador	108
1.13.1.1.	Da regulação: origens e conceito	109
1.13.1.2.	Estrutura da regulação	114
1.13.1.3.	Tipos de regulação	117
1.13.1.3.1.	Econômica	117
1.13.1.3.2.	Serviços públicos	117
1.13.1.3.3.	Social	118
1.13.1.3.4.	Ambiental	118
1.13.1.3.5.	Cultural	118
1.13.1.4.	Instrumentos de regulação	118
1.13.1.5.	Mecanismos de mercado e de regulação	119
1.13.1.6.	Desregulação	121
1.13.2.	Fiscalização estatal	122
1.13.3.	Incentivo estatal	122
1.13.4.	Planejamento estatal	123
1.13.5.	Contribuição de intervenção no domínio econômico	126
1.13.6.	Exploração de recursos naturais	127
1.14.	Investimentos estrangeiros	129
1.15.	Ordenação dos transportes	132
1.16.	Promoção e incentivo ao turismo	133
1.17.	Política urbana	134
1.18.	Política agrícola, fundiária e da reforma agrária	135
1.19.	Da análise dos impactos jurídicos e econômicos da Covid-19	136
1.20.	Listagem de exercícios	139

Capítulo II	Direito Econômico Administrativo	143
2.1.	Defesa da Concorrência	143
2.1.1.	Introdução	143
2.1.2.	Evolução histórica	146
2.1.2.1.	Direito comparado	146
2.1.2.2.	Direito pátrio	149
2.1.3.	Base doutrinária e teleológica	152
2.1.4.	Previsão constitucional	154
2.1.5.	Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	155
2.1.5.1.	Finalidades	156
2.1.5.1.1.	Controle de estruturas de mercado	156
2.1.5.1.2.	Repressão a condutas anticompetitivas	160
2.1.5.1.3.	Promoção da cultura da concorrência	162
2.1.5.2.	Estrutura	163
2.1.5.2.1.	Tribunal Administrativo de Defesa Econômica	163
2.1.5.2.2.	Superintendência-Geral	166
2.1.5.2.3.	Departamento de Estudos Econômicos	168
2.1.5.2.4.	Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência e Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria	169
2.1.6.	Dos aspectos tributários e financeiros do CADE	169
2.1.7.	Do papel da Advocacia-Geral da União junto ao SBPC	175
2.1.8.	Do papel do Ministério Público Federal junto ao SBPC	180
2.1.9.	Do campo de aplicabilidade material e territorial da lei	184
2.1.10.	Infrações à Ordem Econômica	185
2.1.10.1.	Da delimitação da responsabilização	186
2.1.10.2.	Da desconsideração da personalidade jurídica	189
2.1.10.3.	A regra da razão	190
2.1.10.4.	Mercado relevante	193
2.1.10.5.	Infrações à Ordem Econômica em sentido lato	194
2.1.10.5.1.	Limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre-iniciativa	195
2.1.10.5.2.	Dominar mercado relevante de bens ou serviços	195
2.1.10.5.3.	Aumentar arbitrariamente os lucros	195
2.1.10.5.4.	Exercer de forma abusiva posição dominante	196
2.1.10.6.	Infrações à Ordem Econômica em sentido estrito	196
2.1.10.6.1.	Formação de cartel	197
2.1.10.6.2.	Venda casada	198
2.1.10.6.3.	Sistemas seletivos de distribuição	198
2.1.10.6.4.	Preços predatórios	198

2.1.11.	Das penalidades	198
2.1.11.1.	Das sanções ordinárias.	199
2.1.11.2.	Das sanções extraordinárias.	201
2.1.11.3.	Da cominação pecuniária diária.	201
2.1.11.4.	Da dosimetria das penalidades.	204
2.1.12.	Do controle da estrutura de mercados.	204
2.1.13.	Sujeição passiva	206
2.1.14.	Do processo administrativo no SBDC	207
2.1.14.1.	Da prescrição.	211
2.1.14.2.	Da ação de reparação.	217
2.1.14.3.	Do processo administrativo no controle de atos de concentração econômica	217
2.1.14.3.1.	Do processo administrativo na Superintendência-Geral	219
2.1.14.3.2.	Do processo administrativo no Tribunal.	220
2.1.14.3.3.	Do recurso contra decisão de aprovação do ato pela Superintendência-Geral.	221
2.1.14.3.4.	Da aprovação dos atos de concentração em virtude do tempo.	222
2.1.14.4.	Do procedimento preparatório de inquérito administrativo para apuração de infrações da Ordem Econômica	225
2.1.14.5.	Do inquérito administrativo para apuração de infrações da Ordem Econômica	225
2.1.14.6.	Do processo administrativo para imposição de sanções administrativas por infrações da Ordem Econômica.	226
2.1.14.7.	Da medida preventiva	228
2.1.14.8.	Do compromisso de cessação	228
2.1.14.9.	Do Programa de Leniência	229
2.1.14.10.	Do acordo em controle de concentrações	231
2.1.15.	Do processo de consulta	232
2.1.16.	Da execução judicial das decisões do CADE.	234
2.1.17.	Da intervenção judicial.	235
2.1.18.	Da interação entre as autoridades concorrenciais e reguladoras.	237
2.1.18.1.	Da solução dos conflitos de competência no âmbito do Poder Constituído Executivo.	239
2.1.18.2.	Do caso CADE x BACEN.	240
2.1.18.2.1.	Do posicionamento da Procuradoria do Banco Central	240
2.1.18.2.2.	Do posicionamento da Procuradoria do CADE.	243
2.1.18.2.3.	Do posicionamento da Advocacia-Geral da União	245
2.1.18.2.4.	Do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.	245
2.1.18.2.5.	Conclusão.	248

2.2.	Agências reguladoras	248
2.2.1.	Origens	252
2.2.1.1.	O modelo estadunidense	252
2.2.1.2.	Os modelos europeus.	255
2.2.1.2.1.	O modelo inglês	255
2.2.1.2.2.	O modelo francês	256
2.2.1.2.3.	O modelo português	257
2.2.2.	Previsão constitucional	257
2.2.3.	Características	257
2.2.3.1.	Capacidade técnica	257
2.2.3.2.	Permeabilidade	258
2.2.3.3.	Independência	258
2.2.3.3.1.	Independência orgânica	258
2.2.3.3.2.	Autonomia administrativa	260
2.2.3.3.3.	Conclusões parciais	261
2.2.4.	Regime de pessoal.	262
2.2.4.1.	Dirigentes.	262
2.2.4.2.	Corpo técnico.	263
2.2.4.3.	Corpo jurídico	265
2.2.5.	Fornas de controle das agências reguladoras.	265
2.2.5.1.	Controle financeiro	267
2.2.5.2.	Controle finalístico.	268
2.2.5.3.	Controle de juridicidade	269
2.2.5.4.	Conclusões parciais	270
2.2.6.	Poder normativo das agências reguladoras.	271
2.2.6.1.	Da deslegalização, degradação hierárquica ou delegação normativa	271
2.2.6.2.	Dos limites do poder normativo das agências reguladoras.	278
2.2.6.3.	Técnicas de aplicação do poder normativo das agências reguladoras.	281
2.2.6.3.1.	Complementação normativa da lei.	282
2.2.6.3.2.	Suplementação normativa da lei.	282
2.2.7.	Aspectos tributários e do poder de polícia das agências reguladoras	282
2.2.8.	Da articulação das Agências Reguladoras entre si e com os demais setores	287
2.3.	Sistema Financeiro Nacional	288
2.3.1.	Do sistema financeiro na CRFB	289
2.3.2.	Regulação e objetivos	289
2.3.3.	Entidades financeiras e congêneres.	292
2.3.4.	Composição do Sistema Financeiro Nacional	292

2.3.4.1.	Órgãos Normativos	293
2.3.4.1.1.	Conselho Monetário Nacional	293
2.3.4.1.2.	Conselho Nacional de Seguros Privados	294
2.3.4.1.3.	Conselho de Gestão de Previdência Complementar	294
2.3.4.1.4.	Conselho de Política Monetária	294
2.3.4.2.	Entidades supervisoras	294
2.3.4.2.1.	Banco Central	295
2.3.4.2.2.	Comissão de Valores Mobiliários	295
2.3.4.2.3.	Superintendência de Seguros Privados	295
2.3.4.2.4.	Secretaria de Previdência Complementar	296
2.3.4.3.	Operadores	296
2.3.4.3.1.	Bolsa de Valores	297
2.3.4.3.2.	Bolsa de mercadorias e futuros	297
2.3.4.3.3.	Sociedades seguradoras	297
2.3.4.3.4.	Instituto de Resseguros do Brasil	297
2.3.4.3.5.	Sociedades de capitalização	297
2.3.4.3.6.	Entidades abertas de previdência complementar	298
2.3.4.3.7.	Entidades fechadas de previdência complementar	298
2.3.4.3.8.	Instituições financeiras captadoras de depósitos à vista	298
2.3.4.3.9.	Instituições financeiras não captadoras de depósitos à vista	299
2.3.4.3.10.	Outros intermediários financeiros	299
2.3.5.	Correção monetária	300
2.3.5.1.	Evolução no Direito brasileiro	301
2.3.5.2.	Do Sistema de Liquidação e de Custódia – SELIC	307
2.3.5.3.	Da taxa referencial	312
2.3.6.	O mercado bancário	314
2.3.6.1.	Operadores	314
2.3.6.2.	Produtos e serviços	314
2.3.6.3.	Formação da taxa de juros dos empréstimos	315
2.3.6.4.	Insolvência, intervenção e liquidação extrajudicial das instituições financeiras	315
2.3.6.4.1.	Intervenção	316
2.3.6.4.2.	Liquidação extrajudicial	317
2.3.6.4.3.	Regime de Administração Especial Temporária	318
2.3.7.	O mercado de câmbio	320
2.3.7.1.	Estrutura do mercado	321
2.3.7.2.	Classificação das operações	321

	2.3.7.2.1. Quanto ao objeto	321
	2.3.7.2.2. Quanto à forma	321
	2.3.7.2.3. Quanto à movimentação	321
2.3.8.	O mercado de capitais	322
	2.3.8.1. Da definição de valores mobiliários	323
	2.3.8.2. Dos valores mobiliários no Direito comparado	325
2.3.9.	Os Acordos de Basileia	327
	2.3.9.1. Os princípios fundamentais de Basileia	330
	2.3.9.2. A reforma dos Acordos de Basileia	334
2.4.	Listagem de exercícios	336
Capítulo III Direito Econômico Internacional		339
3.1.	Ordem Econômica Internacional	339
3.1.1.	Do reflexo do Direito Econômico na Teoria das Relações Internacionais	340
	3.1.1.1. O Realismo	343
	3.1.1.2. O Liberalismo	344
	3.1.1.3. O Sistema-mundo	344
	3.1.1.4. O Marxismo	345
	3.1.1.5. A Teoria da Dependência	346
3.1.2.	Da análise do Direito Econômico a partir da teoria das Relações Internacionais	347
3.1.3.	O Comércio Internacional	348
	3.1.3.1. O Modelo Ricardiano	349
	3.1.3.2. O Modelo Heckscher-Ohlin	350
	3.1.3.3. O Modelo de Fatores Específicos	350
	3.1.3.4. O Modelo de Gravitação	350
3.2.	Características do Direito Econômico Internacional	351
	3.2.1. Aderência à realidade flutuante	351
	3.2.2. Reciprocidade	352
	3.2.3. Maleabilidade/generalidade	352
	3.2.4. Prospectividade	352
	3.2.5. Medidas compensatórias	353
3.3.	Sujeitos e atores da Ordem Econômica Internacional	353
	3.3.1. Estados	354
	3.3.1.1. O Estado Constitucional Cooperativo	356
	3.3.2. Organismos Internacionais	360
	3.3.3. Empresas transnacionais	361
3.4.	A configuração da Ordem Econômica Internacional	362
	3.4.1. A Carta do Atlântico	363
	3.4.2. Os acordos de Bretton Woods	364

3.5.	A Organização das Nações Unidas e seu papel na Ordem Econômica Internacional.	365
3.5.1.	Os antecedentes.	367
3.5.1.1.	Os primeiros organismos internacionais	367
3.5.1.2.	A Sociedade das Nações	367
3.5.2.	Estrutura	368
3.5.2.1.	Assembleia Geral.	369
3.5.2.2.	Conselho de Segurança	371
3.5.2.3.	Conselho Econômico e Social.	374
3.5.2.4.	Conselho de Tutela	376
3.5.2.5.	Corte Internacional de Justiça	377
3.5.2.6.	Secretariado	378
3.5.3.	Instrumentos de atuação	379
3.5.4.	O Projeto Milênio	380
3.5.5.	Organismos e programas vinculados ao Sistema das Nações Unidas	380
3.6.	A reconfiguração da Ordem Econômica Internacional.	381
3.6.1.	A Declaração de Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial	383
3.6.2.	O Plano de Ação para uma Nova Ordem Econômica Mundial	384
3.6.3.	A Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados	384
3.6.4.	Da Justiça Econômica como princípio da reconfiguração da Ordem Internacional	387
3.7.	Finalidade e princípios da Ordem Econômica Internacional	388
3.8.	Integração Econômica	389
3.8.1.	Introdução.	389
3.8.2.	Barreiras tarifárias.	391
3.8.3.	Barreiras não tarifárias	393
3.8.4.	Processo (fases) de integração econômica	394
3.8.4.1.	Zona de tarifas preferenciais	395
3.8.4.2.	Zona de livre-comércio	395
3.8.4.3.	União aduaneira.	396
3.8.4.4.	Mercado comum	397
3.8.4.5.	União econômica ou monetária.	397
3.8.5.	Processo de integração política.	398
3.8.5.1.	Confederação.	398
3.8.5.2.	Federação.	398
3.9.	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (<i>General Agreement on Tariffs and Trade GATT</i>)	399
3.9.1.	Princípios	400
3.9.1.1.	Cláusula da nação mais favorecida	400
3.9.1.2.	Cláusula de habilitação	401

3.9.1.3.	Condições especiais para os países em desenvolvimento	401
3.9.1.4.	Tratamento nacional	401
3.9.1.5.	Proteção transparente	401
3.9.1.6.	Base estável para o comércio	401
3.9.1.7.	Concorrência leal	402
3.9.1.8.	Proibição das restrições quantitativas à importação	402
3.9.1.9.	Adoção de medidas urgentes	402
3.9.1.10.	Reconhecimento de acordos regionais	402
3.9.1.11.	Cláusula de evolução	403
3.9.2.	Rodadas de negociação	403
3.10.	Organização Mundial do Comércio	404
3.10.1.	Processo de adesão	406
3.10.2.	Estrutura organizacional	407
3.10.3.	Funções	408
3.10.4.	Sistema de Solução de Controvérsias	410
3.10.4.1.	Órgão de Solução de Controvérsias	412
3.10.4.2.	Procedimentos	413
3.10.4.2.1.	Consultas	414
3.10.4.2.2.	Grupos especiais	414
3.10.4.2.3.	Apelação	415
3.10.4.2.4.	Implementação	417
3.11.	União Europeia	418
3.11.1.	Introdução	418
3.11.2.	Estrutura organizacional	422
3.11.2.1.	Conselho Europeu	422
3.11.2.2.	Conselho da União Europeia	423
3.11.2.3.	Comissão Europeia	424
3.11.2.4.	Banco Central e o Sistema Europeu de Bancos Centrais	425
3.11.2.5.	Parlamento Europeu	426
3.11.2.6.	Tribunal de Justiça	426
3.11.2.7.	Provedor de Justiça Europeu	428
3.11.2.8.	Serviço de Polícia Europeu	428
3.11.2.9.	Tribunal de Contas	429
3.11.2.10.	Banco Europeu de Investimentos	429
3.11.2.11.	Fundo Europeu de Investimentos	430
3.11.3.	Divisão de competências entre os Estados signatários	430
3.11.4.	O Direito europeu	431
3.11.5.	A crise da Zona do Euro	431
3.11.5.1.	Origens	432
3.11.5.2.	O plano de ajuda e seus objetivos	433
3.11.5.3.	Reflexões sobre a crise do Euro	433

	3.11.5.4. Brexit: a saída do Reino Unido da União Europeia	434
3.12.	Mercosul	435
3.12.1.	Introdução	435
3.12.2.	Órgãos do Mercosul	441
	3.12.2.1. Conselho do Mercado Comum – CMC	442
	3.12.2.2. Grupo Mercado Comum GMC	443
	3.12.2.3. Comissão de Comércio do Mercosul CCM	444
	3.12.2.4. Comissão Parlamentar Conjunta – CPC	445
	3.12.2.5. Foro Consultivo Econômico-Social FCES	445
	3.12.2.6. Secretaria Administrativa do Mercosul SAM	445
	3.12.2.7. Parlamento do Mercosul	446
3.12.3.	Sistema de solução de controvérsias	450
	3.12.3.1. Intervenção do Grupo de Mercado Comum	453
	3.12.3.2. Tribunal Arbitral <i>ad hoc</i>	454
	3.12.3.3. Tribunal Permanente de Revisão	456
	3.12.3.4. Reclamações de particulares	457
3.12.4.	Protocolo de adesão	459
3.12.5.	Da questão do Paraguai e da Venezuela	460
3.13.	Sistema Brasileiro de Comércio Exterior e Defesa Comercial	465
3.13.1.	Introdução	465
3.13.2.	Comércio Exterior	468
	3.13.2.1. Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX	468
	3.13.2.2. Departamento de Negociações Internacionais – DEINT	470
	3.13.2.3. Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior DEPLA	470
3.13.3.	Mecanismos de financiamento e de garantia às exportações brasileiras	470
	3.13.3.1. Ferramentas de mercado	471
	3.13.3.2. Ferramentas públicas	472
3.13.4.	<i>Drawback</i>	473
3.13.5.	Câmara de Comércio Exterior – CAMEX	475
3.13.6.	Defesa comercial	477
	3.13.6.1. Departamento de Defesa Comercial – DECOM	478
	3.13.6.1.1. Investigação	478
	3.13.6.1.2. Apoio ao exportador	479
	3.13.6.1.3. Negociações internacionais	480
3.13.7.	Infrações ao comércio exterior	480
	3.13.7.1. <i>Dumping</i>	482
	3.13.7.2. Subsídios	483
	3.13.7.2.1. Subsídios acionáveis	484

3.13.7.2.2. Subsídios não acionáveis	485
3.13.7.3. Triangulação	487
3.13.8. Instrumentos de defesa comercial	487
3.13.8.1. Medidas ou direitos <i>antidumping</i>	491
3.13.8.2. Medidas compensatórias	492
3.13.8.3. Medidas de salvaguarda	493
3.13.8.4. Medidas <i>anticircumvention</i>	496
3.14. Listagem de exercícios	497
Capítulo IV – Direito Penal Econômico	499
4.1. Introdução	499
4.2. Objeto do Direito Penal Econômico	503
4.3. Base Normativa	504
4.4. Princípios do Direito Penal Econômico	505
4.5. Crimes contra a economia popular	506
4.6. Crimes contra a ordem tributária	508
4.7. Crimes contra a ordem financeira	509
4.8. Crimes contra o mercado de valores mobiliários	510
4.8.1. Do uso indevido de informação privilegiada: a figura do insider	511
4.8.1.1. Da figura do <i>insider</i> no Direito comparado	516
4.8.1.2. Do Direito estadunidense	516
4.8.1.3. Do Direito francês	517
4.8.1.4. Do Direito inglês	518
4.8.1.5. Do Direito Pátrio	518
4.8.2. Manipulação de mercado	519
4.8.3. Exercício irregular de cargo, profissão, atividade ou função	520
4.9. Crimes contra a ordem previdenciária	520
4.10. Direito penal econômico colaborativo	521
4.10.1. O Direito Penal colaborativo no Direito comparado	522
4.10.1.1. Direito italiano	522
4.10.1.2. Direito estadunidense	522
4.10.1.3. Direito inglês	523
4.10.1.4. Direito espanhol	523
4.10.1.5. Direito alemão	523
4.10.2. O Direito Penal colaborativo brasileiro	524
Bibliografia	527